

O tempo e a democracia



» JOSÉ SARNEY
Ex-presidente da República,
escritor e imortal da Academia
Brasileira de Letras

Liberdade tem grande poder criativo. Até mesmo os excessos o seu exercício corrige. É necessário, para entendê-la, compreender o que é o tempo. Leonardo da Vinci escreveu, numa noite, em seus angustiados cadernos, que “a justiça é filha do tempo”. Um dia, em Hong Kong, em companhia do embaixador Miguel Osório, que naqueles anos procurava desvendar o mistério do que ocorria com a Revolução Cultural na China, ouvi a afirmativa de um velho poeta, com o sabor de sabedoria milenar, de que nós, do Ocidente, não sabíamos o que era o tempo.

Quando, em 1989, eu me encontrei com Deng Xiao Ping, em Pequim, ele mencionou o mesmo conceito e me falou entusiasmado de seu país dali a 100 anos como se dissertasse sobre o dia seguinte. Descreveu-me empolgado as metas dos próximos 20 anos como se comentasse a madrugada que viria.

Comecei então a aprender o que é o tempo e a saber que é dele que se faz a vida. Muito tenho falado sobre a paciência, mas, hoje, ocorre-me defini-la como a virtude de saber esperar. Não com o sentido de reparar injustiças ou

o desejo de esquecer o passado, mas de ver os fatos com o sabor de experiência vivida, de ser humilde ao olhar erros, de aprender, de poder emitir conceitos e de ter a consciência de que muitas vezes podemos estar errados.

Nada mais falso do que o chavão de repetir que, se tivéssemos de viver de novo, repetiríamos tudo. Muitas coisas não faríamos, outras acrescentaríamos e outras nem uma coisa nem outra, simplesmente seriam ignoradas. Afinal, a gente melhora com o passar dos anos. Perde-se em vigor, mas ganha-se em saber. Os desenganos, as esperanças modestas, as ambições, as vaidades e as paixões têm o realismo do conhecimento do funcionamento do tempo, da vida.

Porque é bíblica e sagrada a certeza de que há tempo de semear e tempo de colher. É possível que o tempo de colher seja mais glorioso. Mas é o tempo de semear que determina o que se vai colher.

Governei o Brasil no período mais difícil de sua história, mais cheio de cobranças políticas. Somavam-se esperanças e dificuldades. As liberdades, represadas por 20 anos, explodiam em reivindicações e gestos de intolerância. A ânsia de mudanças atropelava os fatos.

Coube-me plantar e poucas vezes colher. Há frustração maior do que plantar e não colher? Até Cristo, quando olhou aquela videira sem frutos, que ele não plantara, lançou a maldição: “Teus galhos secarão.”

Mas é preciso ter a noção do tempo para esperar o momento da colheita. Como exemplo, recordo que semeiei o respeito, até o limite dos

exageros, a liberdade de imprensa, rádio e televisão porque sempre entendi que a prática da liberdade corrige os excessos. Não apenas nos veículos de comunicação, mas em todo o processo de circulação de informação da sociedade. As instituições se fortalecem e se consolidam. A democracia é um regime que é melhor do que os outros porque sobrevive às crises e sabe absorvê-las.

O Brasil vive as excelências de um regime democrático, pluralista e aberto. Sua massa crítica e as instituições não entram em colapso em face da tempestade e seguram as estruturas da sociedade e do Estado.

E, dentro deste vendaval, constata-se a verdade de Jefferson de que a liberdade de imprensa é a liberdade fundamental. Nosso Rui Barbosa resumiu o conceito chamando-a de “pulmão da democracia”.

A sementeira foi boa. Hoje, todos colhemos os frutos de uma imprensa vigorosa, cumprindo sua missão de informar. Porque, no mais, as decisões são frutos da verdade que, como se diz no Maranhão, “é como o manto de Cristo: não tem costura”. Inconspicuo, não admite remendo sem deixar marca.

Hoje, no novo ano, a caminho dos meus 95 anos de idade, com a graça de Deus, estou feliz. Estou feliz colhendo o que semeiei. Instituições fortes, paciência, diálogo e paz. Hoje todos reconhecem a minha contribuição para que a democracia e sua maior força, a liberdade, “abrisse as asas sobre nós”. Fizemos a Transição Democrática e hoje temos o reconhecimento do país.



Parlamentares extrativistas



» JOSÉ PASTORE
Professor (aposentado) da
Universidade de São Paulo,
membro da Academia Paulista
de Letras e presidente do
Conselho de Emprego e
Relações do Trabalho da
Fecomercio-SP

O leitor deve estar estranhando esse título. Explico. Fiquei espantado com o desfecho final do pacote de corte de gastos recentemente aprovado. O que foi apresentado pelo governo era de baixa potência para reequilibrar as contas públicas. E o que saiu do Congresso Nacional, ficou pior.

Refiro-me especificamente à proposta de eliminação dos supersalários e demais penduricalhos dos altos funcionários da República, em especial, os do Poder Judiciário, Ministério Público e órgãos fiscalizadores.

A Constituição Federal é clara ao proibir o pagamento de remuneração, a qualquer título, acima do teto do que ganham os ministros do Supremo Tribunal Federal. Isso é explicitado no artigo 37, inciso XI que, entre outras restrições, diz que “sob qualquer forma de pagamento, a remuneração dos ocupantes de cargos da administração direta, autárquica e fundacional, nos três níveis de governo, não pode exceder o subsídio mensal dos ministros do Supremo Tribunal Federal”.

Para completar, o artigo 39, § 4º é ainda mais claro ao “vedar o acréscimo de qualquer

gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória”. Isso significa que os repasses de verbas além do referido teto são ilegais, o que inclui, evidentemente, os penduricalhos.

Pois bem. Apesar de todas essas proibições, o governo incluiu no pacote de gastos uma cláusula, dita restritiva, mas que, na realidade, abria a possibilidade de quebrar as regras acima ao permitir pagamentos acima do teto, desde que aprovados por lei complementar, que exige maioria absoluta de votos do Congresso Nacional.

Os parlamentares tiveram o atrevimento de afrouxar ainda mais a indevida concessão, ao estabelecer que pagamentos adicionais aos servidores do alto escalão da República podem ser autorizados por lei ordinária, que é de aprovação mais fácil, com maioria simples.

Ou seja, à intenção do governo de dificultar as remunerações inconstitucionais, os parlamentares responderam com a criação de uma aprovação facilitada — de costas para a *Carta Magna* e para o povo. Como diz José Paulo Cavalcanti Filho, “a Constituição, que nos países maduros é uma Lei Maior, referência e obrigação para todos, no Brasil virou enfeite” (“Até quando?”, *O Globo*, 17/2/2024). É isso mesmo, pois, os que hoje recebem somas altíssimas, continuarão recebendo como se fossem “privilegiados adquiridos”.

A conduta dos nossos parlamentares ilustra bem a razão de o Brasil não avançar e crescer. Temos instituições fracas, arditas e deturpadoras. Essa é a tese dos economistas Daron Acemoglu e James A. Johnson que ganharam

o Prêmio Nobel em 2024 ao escreverem o best seller *Por que as nações fracassam* (Editora Elsevier, 2012).

Com base em uma bem fundamentada análise histórica, Acemoglu e Johnson demonstram que inúmeras nações tiveram o progresso bloqueado pelo predomínio de “instituições extrativistas”, referindo-se às decisões dos parlamentos que, para favorecer as minorias dos mais fortes, extraem os recursos dos mais fracos.

Essa análise cabe perfeitamente nesse caso. Os beneficiários das benesses, supersalários e penduricalhos — isentos de Imposto de Renda! —, por meio de um lobby eficiente, levaram o Congresso Nacional a aprovar uma fórmula que dá legalidade às regras que extraem do povo brasileiro as facilidades que sustentam os seus privilégios. Essa foi a “contribuição” dos parlamentares extrativistas que, com sua “iluminada” decisão, reforçaram a captura do Estado pelos lobbies poderosos do serviço público.

É assim que as nações fracassam. Nos últimos 20 anos, a média de crescimento anual do PIB do Brasil ficou em meros 2% — uma marca ridícula e insuficiente para atender as necessidades dos mais vulneráveis.

Não há dúvida. Instituições de boa qualidade são cruciais para o crescimento econômico e o progresso social. Instituições de má qualidade fazem o contrário. Na decisão tomada pelos nobres parlamentares, deu-se um verdadeiro tapa na cara dos brasileiros que têm de trabalhar, viver e sustentar suas famílias com o “generoso” salário mínimo de R\$ 1.518,00 que os mesmos parlamentares aprovaram para 2025.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960 (Circe Cunha (interina))



circecunha.df@dabr.com.br

A vez dos bichos

Ao contrário do que ocorre, de maneira positiva, com os seres humanos, a humanização dos animais, ou seja, a atribuição de características exclusivamente humanas, sobretudo, emocionais ou comportamentais aos animais de estimação, como cães e gatos, parece ser uma tendência atual, o que tem levado muita gente a estabelecer relações complexas e mesmo confusas com os bichos.

Vivemos tempos em que vamos assistindo a uma espécie de interlocução e entendimento íntimo, antes exclusivo aos seres humanos, elevando os bichos de estimação ao mesmo patamar da nossa espécie. É preciso recordar que o fenômeno de humanização se deu num contexto necessário e essencial para que as pessoas pudessem encontrar um modelo de equilíbrio e harmonia que permitisse a convivência pacífica e produtiva em sociedade.

Um bom exemplo pode ser conferido, no final da Idade Antiga, com a decadência do Império Romano, fustigado pelas diversas invasões bárbaras vinda do Norte da Europa. Naquele momento, a disseminação do movimento cristão, com sua força espiritual e apelo pelo amor e concórdia entre os homens, contribuiu, de forma profunda para a humanização dos povos, impedindo que as sociedades daquele período regressem ao estágio evolutivo de selvageria, no qual a força e a irracionalidade seriam as normas.

O profundo sentimento de humanização e paz, trazido pelo cristianismo, como filosofia de fé, permitiria que os povos do Ocidente voltassem a se reunir em sociedade organizada durante os mais de mil anos que durou a Idade Média. Desse modo, a humanização do indivíduo é sempre necessária, pois resgatá-lo da barbárie e de um estado animalesco, em que os instintos prevalecem sobre a razão. Portanto, a racionalidade é também um atributo da humanização. Temos, assim, que sem esse e outros movimentos de humanização do homem, como os propagados durante o Renascimento, não haveria possibilidade do estabelecimento da cultura Ocidental. Lembrando que o Humanismo foi também um movimento filosófico, literário e artístico que surgiu em parte da Europa no século 14, e que buscava justamente a valorização da razão humana e o entendimento do mundo ao redor de forma crítica, tudo dentro dos parâmetros que pregavam a supremacia e a inviolabilidade da dignidade humana.

Retornando ao aqui e ao agora confuso que marca, ao mesmo tempo, a transição de século e de milênio, assistimos estupefatos ao fenômeno da antropomorfização dos bichos, com muitos indivíduos buscando conferir aos animais de estimação os mesmos valores morais, sociais e sentimentais característicos dos homens. Hoje, gato, cachorro ou outro animal passou a integrar a família dos humanos, como se humano fosse, com todos os seus direitos e prerrogativas. Alguns levam essa humanização dos animais ao extremo, com seus bichos de estimação comendo no mesmo prato e dormindo na mesma cama de seus donos. É comum ver pessoas beijando seus pets na boca, levando-os aos salões de beleza, pagando plano de saúde, organizando festas de aniversário e dando todo o conforto do mundo aos seus bichos. Também é comum observar pessoas preferindo conviver com esses bichos do que com outros humanos. As razões são muitas, mas todas carecem de explicações lógicas. A situação chegou a tal paroxismo que as clínicas médicas para animais rivalizam com as clínicas para humanos.

São dentistas, fonoaudiólogos, psicólogos, escolas, creches, transporte exclusivo, hotéis e mesmo reservas de passagens aéreas para esses pequenos seres. Há ainda seguros, contas bancárias e outros mimos para os animais. Mesas cirúrgicas e toda a complexidade da medicina moderna também estão a postos para atender esses seres. Muitos indivíduos chegam a declarar publicamente que se tivessem que escolher entre seu pet e um outro ser humano, ficaria com a primeira opção, pois esses são mais fiéis.

Corre que toda essa projeção de sentimentos feita do humano para os animais demonstra, no fundo, uma carência e uma fantasia, que busca transformar o que é, naquilo que nunca será de fato. Ou seja, os tempos nebulosos e indecisos que atravessamos, com as pessoas cada vez mais afastadas uma das outras, a solidão abriu as portas para esse novo e intrigante modelo de vida social. Vemos casais preferindo criar animais domésticos do que filhos; solteiros e solteiras preferindo seu cão e gato, em vez de buscar companhia humana.

De olho nessas preferências, o comércio abriu um amplo flanco de atendimento aos pets e faturam como nunca. Os números nesse nicho específico beiram R\$ 100 bilhões em nosso país. Para os psicanalistas, essa tendência atual, muitas vezes, resulta no desenvolvimento, cada vez mais forte, de uma espécie de amor narcisista, em que nada nem ninguém é suficientemente bom para nos fazer companhia — exceto os pets. Trata-se de uma patologia que transfere as relações e os desejos das pessoas para os animais. Muitas dessas pessoas, segundo entendimento da psicologia, desejam e esperam de seus pets, uma espécie de amor dádivo, sem riscos, muito aquém das possibilidades do amor entre os humanos, em que há de tudo, amor e ódio, luz e sombras.

A frase que foi pronunciada:

“Felizes os cães, que pelo faro dão com os amigos!”

Machado de Assis

História de Brasília

Os três diretores acusados pelo sr. Hélio Fernandes, como “traquejados no manejo da maior máquina de corrupção”, são os senhores Frank Ballalai May, Vasco Viana de Andrade e Jaime Almeida. O dr. Frank, antes da Novacap, era diretor do Banco do Nordeste. Valeu sempre como um homem de bem. O Dr. Vasco substituiu o Dr. Moacir Gomes e Sousa e o Dr. Bernardo Sayão. Fez um milhão e meio de metros quadrados de asfalto dentro do Distrito Federal, fora as outras obras, e o Dr. Jaime Almeida, lidando sempre com a parte financeira, tem mantido a impecabilidade que todos conhecem. (Publicada em 25/4/1962)